



Os desafios do trabalho do assistente social em tempos de pandemia da Covid-19 e de neoconservadorismo no Brasil

The challenges of the social worker's work in times of the Covid-19 pandemic and neoconservatism in Brazil

DOI: 10.56238/isevmjv2n6-001

Recebimento dos originais: 06/11/2023

Aceito para publicação: 24/11/2023

Cherlia Vieira da Silva

Assistente Social, Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local pela EMESCAM – Vitória – ES

E-mail: cherlia.vieira@gmail.com

Janice Gusmão Ferreira de Andrade

Assistente Social, Doutora em Serviço Social pela PUC – SP, Professora da EMESCAM – Vitória – ES

E-mail: janice.andrade@emescam.br

RESUMO

Este artigo tem por objetivo entender a percepção, atuação e demandas postas ao serviço social da área saúde durante a pandemia de Covid-19 no contexto de neoconservadorismo político do país. O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica em artigos científicos publicados na área de serviço social. Os resultados reforçam a importância de analisar os desafios colocados ao serviço social na realidade política neoconservadora no período da pandemia estudando com mais profundidade este momento histórico único e os impactos vividos na profissão. Consideramos que a produção desta pesquisa, suscitará contribuições fundamentais para a profissão com reflexões importantes para o fazer profissional do assistente social.

Palavras-chave: Serviço social, Neoconservadorismo, Pandemia.

1 INTRODUÇÃO

As contrarreformas do Estado, os cortes no orçamento das políticas sociais, as constantes perdas de direitos no campo do trabalho com sua total precarização das condições e das relações de trabalho, o crescimento do conservadorismo com traços fascistas, eram alguns dos desafios em curso quando fomos atingidos pela pandemia da Covid-19. Nos marcos do neoliberalismo, a crise sanitária não originou, mas deu visibilidade à pobreza e às desigualdades provocadas pelas forças produtivas capitalistas que tem gerado mudanças na economia, na política, na educação, na cultura da sociedade.

As contrarreformas no campo do trabalho e das políticas sociais atingem diretamente o Serviço Social enquanto profissão e redimensiona a atuação dos assistentes sociais, pois a respostas profissionais é “calçada nos processos sociais em curso”.



Uma análise de Yazbek *et al* (2019, p.7-8) aponta que o pensamento conservador e reacionário avançou em nosso país, questionando valores básicos do Estado democrático de direito e construindo uma nova política com ênfase no mercado, moldando assim, um perfil singular para a questão social e a desigualdade. E para além disso, a vitória do candidato da extrema direita nas eleições presidenciais de 2018, evidenciou um processo de radicalização da política nacional sem precedentes desde o início da Nova República, potencializando ainda mais uma profunda crise política, econômica e social, marcada pelo alto desemprego, precarização e informalização das relações de trabalho, empobrecimento da população e redução drástica dos recursos destinados às políticas sociais.

O país que já vinha em uma escalada de acirramento de suas contradições mais profundas, decorrentes da crise do capital, vê sua realidade agravada e expressa nos vínculos precários de trabalho, desemprego e desproteção laboral no mercado de trabalho. Mesmo compreendendo que o avanço de grupos de ultradireita e fascistas seja um fenômeno mundial, é importante analisar as particularidades brasileiras que sustentam o chamado neoconservadorismo combinado a um processo de radicalização do neoliberalismo no âmbito da economia. (Yazbek, *et al.*, 2021, p. 6).

Neste contexto tão complexo, surge a pandemia, combinando crescentes níveis de exploração e degradação humanas e do meio ambiente, conforme analisa Raichelis e Arregui (2021).

É neste universo de perdas de direitos e conservador que o estudo tem suas bases, com o assistente social enfrentando em seu dia a dia os desafios da profissão em seus espaços sócio-ocupacionais, as mudanças nas relações e vínculos de trabalho, os cortes de recursos, a desarticulação dos mecanismos de participação e controle social e além de tudo, o reinventar tão necessário da atuação profissional imposto pela pandemia.

O interesse por este objeto de pesquisa veio com a constatação da importância de se analisar os desafios postos aos assistentes sociais em uma realidade política neoconservadora e pandêmica. Estudar esse momento histórico mais profundamente e os impactos vivenciados pelos profissionais de Serviço Social significa produzir um estudo de relevância que trará, com certeza, contribuições sólidas para a profissão.

No entanto, o estudo propõe como objetivos entender a percepção e atuação do serviço social na saúde durante a pandemia de Covid-19 no contexto de neoconservadorismo político, analisando o compromisso do assistente social diante da precarização do trabalho, identificando tensões, desafios e respostas, compreendendo, portanto, as novas demandas colocadas no cotidiano



profissional. Realizamos pesquisa bibliografia a partir dos artigos científicos da área de serviço social publicados pela revista *Serviço Social & Sociedade*.

O estudo propõe problematizar as seguintes questões: como o assistente social enfrentou o momento pandêmico numa realidade política neoconservadora? Quão propositiva foi sua atuação nesse contexto tão adverso?

2 A ONDA NEOCONSERVADORA E OS IMPACTOS NA PROFISSÃO

No Brasil, além da crise sanitária de extrema complexidade e gravidade, associada à crise capitalista, tivemos que enfrentar uma política de saúde sob a gestão de um governo negacionista, profascista, conservador e ultraliberal.

Principalmente a partir da segunda década dos anos 2000, o Brasil vinha sofrendo uma crise política e ideológica com uma série de desmontes no campo dos direitos sociais em ritmo acelerado desde o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff no ano de 2016. O governo do ex-presidente Michel Temer (2016-2018) extinguiu ministérios importantes como o Ministério da Cultura, das Mulheres e da Igualdade Racial que representavam conquistas importantes para o povo brasileiro. Além disso, promoveu uma série de reformas e ajustes fiscais com cortes no orçamento do Sistema Único da Assistência Social e Saúde sucateando os serviços públicos e uma reforma na legislação trabalhista severa, com grandes perdas, para o trabalhador.

A reforma trabalhista que se processou no Brasil no ano de 2017, trouxe mudanças significativas para o trabalhador brasileiro. A reforma proposta pelo então Presidente Michel Temer (2016-2018), segundo seu discurso, foi uma medida econômica necessária para combater o desemprego. Contudo, a reforma instrumentalizada pela Lei Nº 13.467 de 2017, foi na verdade um golpe contra o trabalhador brasileiro.

“A reforma amplia a liberdade dos empregadores em determinar as condições de contratação, o uso da força de trabalho e a remuneração dos trabalhadores. Ou seja, busca-se imputar o processo de definição das regras da relação de emprego às empresas, restringindo a participação das organizações dos trabalhadores e do Estado. Esse processo acarreta, primeiramente, o aumento da insegurança dos trabalhadores e a perda de direitos, bem como a diminuição da proteção social. A reforma também busca esvaziar as organizações sindicais na qualidade de organizações de classe, visto que passa a prevalecer a visão de organizações mais descentralizadas e articuladas com os interesses das empresas” (KREIN, 2018).

A Lei n. 13.467/2017 de Michel Temer (PMDB) que altera 201 pontos na CLT (KREIN, 2018) foi criticada pelas alas mais de esquerda do país e apoiada pelo empresariado. Ela acirra a perda direitos do trabalhador, desarticula a organização dos trabalhadores e enfraquece seus sindicatos, precariza e fragiliza os vínculos de trabalho aumentando a insegurança do trabalhador



e o faz pelo aparato jurídico do Estado que se mostra subserviente aos mandos do capital. A reforma trabalhista em questão ajusta o papel do Estado e regula as relações de trabalho às exigências do capitalismo contemporâneo, este por sua vez relega ao *trabalho* o sentido, apenas, de mera produção de valores, realçando cada vez mais a importância da mercadoria na geração de superlucros que sobrepõe à importância da vida na sociedade capitalista.

O governo de ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), centrou seus esforços no estabelecimento de um governo autoritário, religioso e antipetista. No seu plano de governo intitulado “o caminho da prosperidade”, que trazia o lema: “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”, mostrava sua tentativa de instaurar um estado religioso. Suas principais linhas de ação foram: segurança e combate a corrupção, centrando esforços em armar a população; nas áreas da saúde e educação, incentivou as terceirizações e privatizações dos serviços; na economia, os preços elevados da cesta básica, alta inflação e taxas de juros elevadas e o desemprego proporcionaram um empobrecimento ainda maior da maioria dos brasileiros.

O governo federal através do Ministério da Saúde engendrou um verdadeiro processo de desarticulação e de desestruturação técnica do enfrentamento da pandemia da Covid-19, contribuindo de forma decisiva para a morte de mais de 700 mil brasileiros. Ao tempo, e dialeticamente, é neste cenário que fica evidente a racionalidade destrutiva da sociabilidade contemporânea, que também torna expressiva a necessidade do SUS e a relevância do projeto de reforma sanitária. Assistentes sociais de todo o país integraram a força-tarefa de trabalhadores(as) da saúde que lutam bravamente na assistência à saúde da população em meio às contradições de uma política extremamente precarizada, desfinanciada, privatizada, instrumentalizada a serviço dos interesses do mercado privado da saúde (Soares et al., 2021, p. 130).

A expansão da(s) direita(s) no cenário nacional e internacional, o crescimento do conservadorismo de traços fascistas e a intensa precarização das condições de trabalho e de vida são expressões concretas da atual fase de acumulação do capitalismo internacional, que não podem ser creditadas à pandemia causada pelo novo coronavírus (Yazbek et al., 2020, p. 207).

A centralidade do capital financeiro e seu domínio sobre o capital produtivo traz consequências graves para a “classe que vive do trabalho” (Antunes, 2013 *apud* Yazbek et al., 2020, p. 208), com a manutenção de taxas elevadas de desemprego, insegurança e instabilidade nos empregos, crescimento do trabalho informal e precário, redução de salários, precarização das relações de trabalho, incluindo terceirizações e contratos por prazos determinados, assédios, sofrimentos e adoecimentos, entre outros aspectos. Como sabemos, a desigualdade e a concentração de renda, que se intensificam nas atuais formas de acumulação capitalista, resultam



de mudanças na esfera da produção, associadas à nova hegemonia liberal-financeira, e trazem como consequência o agravamento da “questão social” e suas expressões na vida da classe trabalhadora. No Brasil, estamos diante de uma sociedade “desigualitária sem remissão”, como lembra Francisco de Oliveira (2003, p. 146 *apud* Yazbek et al., 2020, p. 208), que no tempo presente radicaliza a “questão social” e amplia estratégias de subalternização, reconfigurando formas e significados das políticas públicas e dos sistemas de proteção social (Yazbek et al., 2020, p. 208).

Se o compromisso profissional é com a superação da exploração e das opressões, a análise que recupera e adensa os seus determinantes societários é um instrumento fundamental para buscar alternativas que coloquem o compromisso com a vida e com os direitos dos indivíduos sociais em primeiro lugar. Em tempos de desmonte das frágeis e insuficientes políticas públicas, esse é um quadro que interpela profundamente aqueles(as) que buscam uma outra sociabilidade para além do capital (Yazbek et al., 2020, p. 212).

3 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Como já foi percebido, a pandemia do novo coronavírus não é responsável pela emergência da crise contemporânea, mas certamente exacerbou os traços mais perversos de uma crise social de grandes proporções, tornando mais tangíveis e mais visíveis processos que já estavam em desenvolvimento. A crise sanitária desnudou a forma pela qual o capitalismo vinha respondendo às suas crises há cerca de cinco décadas, desde os anos 1970, como estratégia do capital para reverter a queda tendencial das taxas de lucro, em um movimento estrutural de superprodução e subconsumo. Sabemos que as crises no capitalismo não são fenômenos eventuais, mas constitutivos do movimento socio metabólico do capital. Nesse processo, o capital incorpora as inovações e os avanços tecnológicos e científicos, especialmente as tecnologias de base digital, que aceleram a produtividade do trabalho, provocam a economia de trabalho vivo e ampliam a população sobrando para as necessidades médias de valorização do capital, ampliando e diversificando a superpopulação relativa (Marx, 1968 e 1975 *apud* Raichelis; Arregui, 2021, p.139), dinâmica que aprofunda as taxas de desemprego e de precarização do trabalho em escala mundial (Raichelis; Arregui, 2021, p.139).

Nesses termos, a precarização do trabalho não é uma fatalidade, como muitos(as) querem fazer crer, mas uma estratégia do padrão de acumulação capitalista em tempos de mundialização neoliberal, tanto no centro quanto na periferia. Trata-se de um poderoso mecanismo de reorganização do trabalho no contexto do capitalismo hegemônico pelas finanças, que combina

flexibilização, terceirização e informalidade do trabalho “como partes inseparáveis do léxico e da pragmática da empresa corporativa global” (Antunes, 2020b, p. 11 *apud* Raichelis; Arregui, 2021, p.139). Mesmo que a precariedade do trabalho seja um requisito inerente ao capitalismo, sua processualidade foi se transformando historicamente, assumindo na contemporaneidade capitalista traços de um movimento permanente de perdas, regressão social, ofensiva contra os trabalhadores, superexploração da força de trabalho em âmbito mundial, com expressões nefastas na periferia dependente. Portanto, “a precarização social do trabalho é um novo e um velho fenômeno, porque é diferente e igual, porque é passado e presente e porque é um fenômeno de caráter macro e microsocial” (Druck, 2011, p. 35 *apud* Raichelis; Arregui, 2021, p.139-140).

A pandemia ocorre em uma conjuntura em que já tínhamos um quadro cumulativo e alarmante de informalidade, desemprego e desproteção laboral no mercado de trabalho brasileiro, agravado no contexto do “capitalismo pandêmico” ou “capitalismo tóxico e virótico” (Antunes, 2020a *apud* Raichelis; Arregui, 2021, p.140).

A situação de pandemia expõe com muita crueza as dimensões contraditórias desse processo: de um lado, a falência das medidas ultra neoliberais que desfinanciaram as políticas sociais, especialmente o SUS e o Suas, os sistemas de proteção social mais requisitados no contexto da pandemia. E, ao mesmo tempo, a necessidade de mais Estado e do fortalecimento das políticas públicas para enfrentamento dessa grave crise (Raichelis; Arregui, 2021, p. 143).

A vivência profissional do Serviço Social no período da pandemia de Covid-19 foi algo nunca visto. Uma experiência até então nunca vivida. A realidade do período pandêmico trouxe para o dia a dia profissional, conceitos, condutas e métodos sem precedentes e desafiadores. O assistente social teve que aprender novas formas de atendimento, de abordagem e de entender o fazer profissional. Foi um momento de readequação do universo profissional em uma realidade imposta duramente. Palavras como *homecare*, isolamento social, distanciamento, quarentena, EPI, PCR passaram a fazer parte do vocabulário utilizado diariamente na atuação profissional.

O assistente social, assim como tantos outros profissionais da área de saúde tiveram suas rotinas transformadas de maneira avassaladora. A carga horária que na maioria das vezes era de 8 horas diárias, passou a ser de plantões de 12 e até 24 horas. O atendimento humanizado, defendido pelo assistente social se tornou objetivo, distanciado e sem possibilidade de um toque, mínimo que fosse.

A pandemia fez a ação do profissional de saúde se tornar capsulada por tantas máscaras, luvas, toucas, aventais, protetores faciais, sem contar as inúmeras vezes que era necessário lavar as mãos e utilizar álcool 70%. Desenvolvemos manias, neuroses, ansiedades. Relembrar este

período é algo muito doloroso. As marcas deixadas pela pandemia ficarão em nossa memória para sempre. As mortes de familiares, amigos, colegas de trabalho e de tantos pacientes ficarão eternizadas em nossas vidas. Foi um período que não queremos viver nunca mais!

As metamorfoses no “mundo” do trabalho incidem no mercado de trabalho do Serviço Social e no exercício profissional de assistentes sociais e demais profissionais, em uma contextualização de degradação do trabalho e precarização das condições em que ele é exercido, impactando não apenas as condições materiais dos sujeitos que vivem do trabalho, mas também suas sociabilidades individual e coletiva, considerando ainda a erosão dos sistemas públicos de proteção social, lugar institucional privilegiado onde operam os(as) trabalhadores(as) sociais (Raichelis; Arregui, 2021, p. 143).

O ponto a ser destacado é que essa a nova-velha morfologia do trabalho repercute e reconfigura o trabalho social de diferentes categorias profissionais, entre elas assistentes sociais, que têm nas políticas públicas sua mais ampla inserção. O quadro de pandemia trouxe novos elementos àqueles que vínhamos discutindo (Raichelis, 2018, 2019), atingindo o núcleo das atribuições e competências profissionais e desencadeando inúmeras pressões e tensões aos(as) assistentes sociais nos diferentes espaços de trabalho (Raichelis; Arregui, 2021, p. 143).

No que se refere às condições e relações de trabalho, assistentes sociais, na condição de trabalhadores(as) assalariados(as), são submetidos(as) aos mesmos processos de degradação e violação de direitos que sofre o conjunto da classe trabalhadora, no interior da heterogeneidade que a caracteriza. Dentre esses processos, ao lado do(a) servidor(a) público, estatutário com contrato regido por regime jurídico próprio (profundamente atacado nesse momento), encontramos os mais variados vínculos contratuais, entre os quais: os chamados PJs ou “pejotização” no jargão da área; a terceirização; o trabalho temporário; o trabalho em tempo parcial, por tarefa, por projeto; o trabalho intermitente, entre outros (Raichelis; Arregui, 2021, p. 144).

Esses processos promovem a mais profunda metamorfose no mercado de trabalho profissional, mesmo no espaço estatal das políticas públicas, estimulando a individualização do trabalho, as formas de avaliação de desempenho baseado em metas de produtividade e remuneração diferenciada, promovendo competição entre trabalhadores e desmobilização coletiva (Raichelis; Arregui, 2021, p. 144-145).

No quadro pandêmico, o que era residual e embrionário, como o trabalho remoto ou o teletrabalho, generalizou-se como o “novo normal” — que não deve ser naturalizado —, exigindo acompanhamento crítico, pois certamente muitas dessas modalidades de trabalho, adotadas na situação de excepcionalidade, tendem a permanecer no pós pandemia, inclusive no trabalho

docente. Trata-se de um conjunto de novas situações de trabalho impostas de cima para baixo na maioria das instituições, mesmo nas universidades (Raichelis; Arregui, 2021, p.145).

Portanto, embora o capital se aproprie hegemonicamente das tecnologias digitais para ampliar os níveis de produtividade e de superexploração do trabalho, é preciso adotar estratégias para tensionar e utilizar essas tecnologias na perspectiva contra hegemônica de fortalecimento dos valores ético-políticos que orientam o projeto profissional (Raichelis; Arregui, 2021, p. 147).

O cotidiano profissional é marcado por tensões e desafios, mas é nesse mesmo cotidiano que se apresentam as possibilidades de superação e enfrentamento das requisições impostas, às quais os(as) assistentes sociais não estão obrigados(as) a se submeter, dispondo de autonomia relativa para propor e negociar suas propostas profissionais (Raichelis; Arregui, 2021, p. 150).

Para fazer frente a essa conjuntura desafiadora que interpela trabalhadores(as) e entidades de representação profissional e acadêmica, é fundamental ampliar e multiplicar os fóruns e debates coletivos, mesmo que virtuais, internos e externos ao Serviço Social. E resgatar o sentido de pertencimento de classe e alianças com forças coletivas de resistência (Raichelis; Arregui, 2021, p.150).

O assistente social se destacou como um trabalhador da linha de frente na pandemia, sendo convocado a atuar no enfrentamento da covid-19 na política de saúde, num cenário de grandes complexidades e desafios.

A princípio, podem ser elencadas duas grandes ordens de inflexão no trabalho de assistentes sociais na política de saúde nesse contexto: a primeira delas está relacionada diretamente à sua condição de trabalhador; a segunda diz respeito ao seu lugar na política de saúde e às demandas e atribuições requisitadas aos profissionais (Soares et al., 2021, p. 124).

Soares (2021, p. 124) relata que em relação à condição de trabalhador da saúde, as contratações de assistentes sociais expressaram cada vez mais a precarização e a profunda privatização da política de saúde. No bojo das estratégias de enfrentamento da covid-19, a maior parte da expansão dos serviços de saúde se deu via terceirização da gestão em saúde e, portanto, com contratos precários, inseguros e temporários de trabalho, além da histórica tendência de baixas remunerações. No momento da pandemia houve um aprofundamento da plantonização da organização do trabalho profissional — inclusive utilizada como estratégia de menor exposição e risco do(a) trabalhador(a). Contudo, contraditoriamente, em muitos serviços tal estratégia intensificou a precarização das condições de trabalho e de riscos e agravos à saúde. Isto porque foi relativamente frequente a realização de plantões com duração de 24 horas de trabalho,

caracterizando-se como extenuantes e que pôs em risco tanto a saúde de profissionais quanto a qualidade dos serviços prestados.

No primeiro momento, grande parte de assistentes sociais teve que lidar com dois importantes tensionamentos: as dificuldades de acesso a equipamentos de proteção individual (EPI) e a demarcação de suas atribuições e competências profissionais. Principalmente na fase inicial de enfrentamento da pandemia, houve escassez na disponibilidade de EPI em diversos serviços, e a tendência foi de imprimir uma extrema racionalização que negava o uso de EPI para profissionais que não estivessem em contato direto com pacientes com covid-19. Contudo, assistentes sociais, mesmo que não estivessem atendendo diretamente usuários(as) com covid-19, estavam, muitas vezes, atendendo seus familiares (Soares et al., 2021, p. 125).

No que concerne às competências e atribuições profissionais, o documento “Manejo de corpos no contexto do novo coronavírus covid-19”, elaborado pelo Ministério da Saúde, recomendou que o Serviço Social realizasse a comunicação de óbito a familiares, amigos e responsáveis durante a pandemia (Brasil, 2020c *apud* Soares et al., 2021, p. 126). Tal demanda, expressa explicitamente pelo Ministério da Saúde, possibilitou que todas as atividades relacionadas à informação e/ou comunicação com as famílias de usuários(as) em tratamento da covid-19, inclusive as de âmbito médico, como os boletins clínicos, fossem requisitadas a assistentes sociais no contexto da pandemia (Matos, 2020b *apud* Soares et al., 2021, p. 126). Estas novas competências impostas pelo contexto pandêmico, gerou muitos conflitos entre os profissionais e com os familiares, que muitas das vezes não aceitavam as informações fornecidas pelo assistente social e exigiam detalhes que só poderiam ser fornecidos pelos médicos.

Assim, em meio às contradições da política de saúde, com intensa precarização, desfinanciamento, privatização e fragmentação, sem articulação e coordenação de enfrentamento em nível federal, com expressões de uma política genocida ao mesmo tempo que extremamente privatista e ultraliberal, o Serviço Social é requisitado a reproduzir o perfil profissional tecnicista, voluntarista e conservador. O conjunto CFESS/CRESS agiu com rapidez e pertinência, emitindo a Orientação Normativa nº 03/2020, que enfatiza que tanto a comunicação de óbito quanto o repasse de informações de âmbito clínico não são atribuições de assistentes sociais (Soares et al., 2021, p. 126).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio ao flanco de contradições da pandemia, o Serviço Social, com seu projeto ético-político-profissional, foi capaz de propor as respostas mais qualificadas às demandas complexas



da crise sanitária e das expressões da questão social, a partir de estratégias coletivas de reflexão sobre a realidade e o planejamento, articulações interna e externa aos serviços, inclusive junto aos movimentos sociais, potencializando o tensionamento dos limites da relativa autonomia profissional, na defesa do SUS, da reforma sanitária e de uma sociabilidade emancipada. Enfim, na resistência pela vida de todos(as) e contra a barbárie (Soares et al., 2021, p. 130).



REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo (org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II. São Paulo: Boitempo, 2013.
- ANTUNES, Ricardo. Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo: 2020a.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. In: ANTUNES, R. (org.) Uberização, trabalho digital e indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2020b.
- BOLSONARO, Jair Messias. O caminho da prosperidade: Proposta de plano de governo. 2018. <https://veja.abril.com.br/wp-content/uploads/2018/10/plano-de-governo-jair-bolsonaro.pdf>.
- DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. spe1, p. 35-55, 2011.
- LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília - DF, 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm. Acesso em 30/04/2021.
- MARX, Karl. O capital (Crítica da economia política). São Paulo: Civilização Brasileira, 1968. Livro 1, v. 1 e 2.
- MARX, Karl. Capítulo inédito de O capital: resultados do processo de produção imediato. Porto (Portugal): Publicações Escorpião, 1975.
- OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista/O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003
- RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS R. et al. (orgs.). A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018.
- RAICHELIS, Raquel. Atribuições e competências profissionais revisitadas — A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. In: COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL (COFI/CFESS). Atribuições privativas do/a assistente social em questão. Brasília: CFESS, 2019.
- RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares. Contrarreforma trabalhista no Brasil: desproteção da classe trabalhadora e desmanche de direitos. In: SILVA, Ademir Alves; PAZ, Rosângela D. Oliveira (orgs.). Políticas públicas e direitos sociais no contexto da crise capitalista contemporânea. São Paulo: Paulinas, 2019.
- RAICHELIS, R.; ARREGUI, C. C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. *Serviço Social & Sociedade*, 140, 134–152, 2021 <https://doi.org/10.1590/0101-6628.242>



SOARES, R. C.; CORREIA, M. V. C.; SANTOS, V. M. dos. Serviço Social na política de saúde no enfrentamento da pandemia da covid-19. *Serviço Social & Sociedade*, 140, 118–133, 2021 <https://doi.org/10.1590/0101-6628.241>

YAZBEK, M. C.; DEGENSZAJN, R. R.; Paz, R. D. O. da. Desafios para o Serviço Social em tempo de avanços do conservadorismo. *Serviço Social & Sociedade*, n. 134, p. 7–12, abr. 2019.

YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R.; SANT'ANA, R. Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia. *Serviço Social & Sociedade*, 138, 207–213, 2020 <https://doi.org/10.1590/0101-6628.209>

YAZBEK, M. C. et al. A conjuntura atual e o enfrentamento ao coronavírus: desafios ao Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, n. 140, p. 5–12, 22 abr. 2021.

KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: Consequências da reforma trabalhista. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 30, n. 1, 2018. <https://www.scielo.br/j/ts/a/WBdDjRLGTC5XffZDqPThnbs/?format=pdf&lang=pt>